

COMBUSTÍVEIS



Thiago Neme/Gazeta de S. Paulo

» Para que o prazo seja cumprido, a regulamentação da cobrança deve estar concluída até o dia 30 de setembro

Novo modelo de ICMS deve atrasar

» Apesar de ultimato do ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) André Mendonça, o novo modelo de cobrança de impostos sobre os combustíveis não deve entrar em vigor no início de 2023, como previsto por lei aprovada pelo Congresso, avalia o setor de combustíveis.

Para que o prazo seja cumprido, a regulamentação da cobrança deve estar concluída até o dia 30 de setembro, já que mudanças tributárias só podem ser aplicadas 90 dias após sua regulamentação.

“Sabemos que será difícil”, disse nesta terça-feira (27) a diretora de Downstream do IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás), Valéria Lima. O grupo, que reúne empresas do setor, tem conversado com secretarias estaduais de Fazenda para ajudar a elaborar o novo modelo.

A mudança no imposto foi aprovada pelo Congresso em março e prevê que o ICMS sobre a gasolina e o diesel passe de uma alíquota percentual para um valor fixo em reais por litro. Todos os estados devem cobrar o mesmo valor.

A aprovação do projeto gerou uma disputa judicial entre estados e o governo federal com os primeiros alegando perdas bilionárias e risco de alta nos preços em estados que têm alíquotas mais baixas, como São Paulo.

Os estados chegaram a tentar uma manobra, estabelecendo uma alíquota máxima e permitindo que cada governo adotasse descontos, para que as alíquotas ficassem equivalentes às de antes da lei.

Em junho, Mendonça definiu um prazo para que a nova regra fosse regulamentada. Em setembro, a pedido dos estados, estendeu o prazo por mais 30 dias.

Enquanto as secretarias de Fazenda questionavam a mudança, o governo passou no Congresso lei limitando a 18% a alíquota do ICMS sobre a gasolina, o que derrubou o preço do combustível nas bombas. O diesel também teve o imposto limitado, mas a alíquota já era mais baixa na maior parte dos estados.

A unificação do ICMS é pleito antigo do setor de combustíveis, que defende que a simplificação na tributação sobre os combustíveis reduz margem para fraudes e melhora a competitividade do país.

Em plenária na Rio Oil & Gas nesta terça, representantes do setor voltaram a defender liberdade de preços, com o acompanhamento das cotações internacionais, como única alternativa para garantir o abastecimento e garantir investimentos no aumento da oferta.

O presidente da Vibra (ex-BR), André Natal, chegou a mostrar um estudo concluindo que, mesmo com diversas abordagens em relação ao preço ao longo dos últimos anos, o consumidor brasileiro acabou pagando, em média, preços alinhados aos internacionais.

Na sua opinião, portanto, seria melhor que os preços variassem diariamente, em percentuais pequenos, para reduzir ruídos junto ao consumidor e evitar a desorganização do mercado. (FP)

Governo aumenta limite de aprovados

CONCURSOS PÚBLICOS. A decisão, veiculada no Diário Oficial da União, passou a valer a partir desta terça (27)

O presidente Jair Bolsonaro (PL) publicou um decreto nesta terça-feira (27) aumentando o limite de candidatos que podem ser aprovados em concursos públicos com mais de uma etapa.

A decisão, veiculada no Diário Oficial da União, passou a valer a partir desta terça - embora não se aplique a processos seletivos em andamento. A partir de agora, os concursos poderão aprovar até o triplo do número de vagas do edital, considerando as seleções com mais de 30 posições oferecidas e feitas em pelo menos duas etapas. Antes, esse limite era o dobro de vagas disponibilizadas.

Segundo comunicado da Secretaria-Geral da Presidência da República, o decreto pode beneficiar, especialmente, os concursos da PF (Polícia Federal) e da PRF (Polícia Rodoviária Federal), duas importantes bases de apoio de Bolsonaro, que busca a reeleição. O primeiro turno acontece neste domingo (2).

“Espera-se que com a medida seja possível racionalizar o aproveitamento de candidatos em concursos públicos com curso de formação, em especial os

envolvendo pessoal da Polícia Federal e Pessoal da Polícia Rodoviária Federal”, diz a Secretaria.

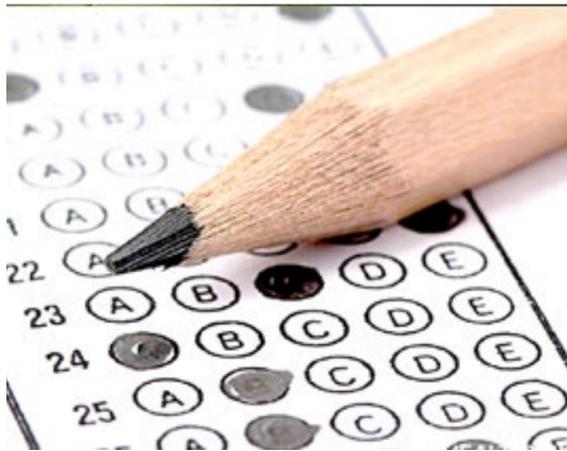
O decreto também modifica critérios de reprovação automática por má colocação e as regras para prorrogação do prazo de validade dos concursos. De acordo com o Ministério da Economia, as alterações visam um maior aproveitamento de candidatos aprovados.

O ato também dispensou a necessidade de autorização do Ministro da Economia para a prorrogação da validade de concursos. Assim, os próprios órgãos que possuem um certame válido conduzirão o processo.

O QUE MUDA.

Arthur Lima, sócio-fundador do Direção Concursos, explica que, anteriormente, num concurso com 30 vagas, o órgão poderia considerar que os 60 primeiros colocados estavam aprovados. Todos os demais candidatos seriam reprovados automaticamente, e não poderiam ser convocados em hipótese alguma.

“Com este novo decreto, o órgão poderá considerar que os primeiros 90 colo-



DIVULGAÇÃO

» O decreto pode beneficiar, especialmente, os concursos da PF (Polícia Federal) e da PRF (Polícia Rodoviária Federal)

Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.

Sociedade por Ações de Capital Fechado - CNPJ/MF nº 10.793.428/0001-92 - NIRE nº 35.300.373.618

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23 de Fevereiro de 2022

Data, Horário e Local: 23 de fevereiro de 2022, às 15h00, na sede social da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. (“Companhia”) ou “Fairfax”, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Al. Santos, nº 1940, 4 andar, Cerqueira Cesar, CEP 01.418-102. **Convocação:** Dispensada de acordo com o artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”). **Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, de acordo com as assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **Mesa:** Presidente: Bruno Almeida Camargo; Secretário: Heron Ricardo Parron. **Ordem do Dia:** exame, discussão e aprovação da (i) proposta de aumento do capital social da Companhia; (ii) alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; e (iii) consolidação do Estatuto Social. **Deliberações:** Após discussão das matérias constantes na ordem do dia, foram aprovados, por unanimidade dos votos dos acionistas presentes, sem exceções ou reservas: (i) o aumento do capital social da Companhia, de R\$411.545.744,75 (quatrocentos e onze milhões, quinhentos e quarenta e cinco mil, setecentos e quarenta e seis mil, setecentos e cinquenta e cinco centavos) para R\$502.661.743,75 (quinhentos e dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), um aumento, portanto, no valor de R\$91.115.999,00 (noventa e um milhões, cento e quinze mil, novecentos e noventa e nove reais), mediante a emissão de 91.115.999 (noventa e uma milhões, cento e quinze mil, novecentos e noventa e nove) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, com o preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso II da Lei das Sociedades por Ações, totalmente subscrito e integralizado, nesta data, pela acionista **FHFL Group Ltd.**, sociedade devidamente constituída e existente sob as Leis do Canadá, com sede na 95th Wellington Street West, Suite 800, Toronto, Ontario, Canadá M5J 2N7, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.874.175/0001-21 e pela **Fairfax Financial Holdings Limited**, sociedade devidamente constituída e existente sob as Leis do Canadá, com sede na 95th Wellington Street West, Suite 800, Toronto, Ontario, Canadá M5J 2N7, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.874.176/0001-26, nos termos dos respectivos Boletins de Subscrição que integram esta ata como Anexo J. Neste ato, a acionista Fairfax Brasil Participações Ltda., sociedade empresarial limitada com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos nº 1940, 4º andar, sala Vancouver, CEP 01418-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.281.222/0001-46 renuncia de forma expressa, irrevogável e irretirável, aos seus respectivos direitos de preferência para a subscrição das novas ações de emissão da Companhia, conforme ora aprovado. Referido aumento ocorreu por meio de fundos próprios (a) de remessa realizada pela **FHFL Group Ltd.** conforme verificado nos Contratos de Câmbio celebrados entre a Companhia e o Banco Itaú S.A., nº 294944245, datado de 21/02/2022, no valor de US\$ 17.994.600,00 (dezoito milhões, novecentos e noventa e quatro mil e seiscentos dólares americanos), equivalentes a R\$ 308.665,20 (noventa e um milhões, oitenta e oito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos); e (b) de remessa realizada pela **Fairfax Financial Holdings Limited**, conforme verificado nos Contratos de Câmbio celebrados entre a Companhia e o Banco Itaú S.A., nº 294944307, datado de 21/02/2022, no valor de US\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos dólares americanos), equivalentes a R\$ 27.334,80 (vinte e sete mil, trezentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos). (ii) em decorrência do aumento de capital ora aprovado no item (i) acima, a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, que passará a vigorar com a seguinte nova redação: “**Artigo 5º - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$502.661.743,75 (quinhentos e dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), dividido em 502.661.743 (quinhentas e duas milhões, seiscentas e sessenta e um mil, setecentos e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal**”. (iii) em razão da alteração ora aprovada no item (i) acima, aprovar a consolidação do Estatuto da Companhia, que passará a ter a redação conforme Anexo J da presente Assembleia. **Encerramento:** Foi autorizada a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do art. 130, §1º, da Lei das Sociedades por Ações. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encorrou os trabalhos desta Assembleia Geral, lavrando-se no livro próprio, esta Ata que, lida e achada conforme, foi aprovada por todos os presentes. **Assinaturas:** Mesa: Bruno de Almeida Camargo, Presidente; Heron Ricardo Parron, Secretário; Acionistas: Fairfax Brasil Participações Ltda. (Bruno de Almeida Camargo - Diretor Presidente), **FHFL Group Ltd.** (p.p. Bruno de Almeida Camargo), Fairfax Financial Holdings Limited (p.p. Bruno de Almeida Camargo), Certifico que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022. **Bruno de Almeida Camargo** - Presidente da Mesa; **Heron Ricardo Parron** - Secretário; **Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A.** - Bruno de Almeida Camargo - Diretor Presidente; Heron Ricardo Parron - Diretor Vice-Presidente. **JUCESP** nº 481.459/22-4 em 21/09/2022. Gisela Siemena Ceschin - Secretária Geral. **Anexo II à Ata da Assembleia Geral Extraordinária da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. - Realizada às 15:00 Horas do Dia 23 de Fevereiro de 2022. - Estatuto Social da Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A Companhia deverá operar sob o nome de Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. e será regida pelo presente Estatuto Social e pela legislação aplicável. **Artigo 2º -** A Companhia tem sua sede e foro na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda Santos, nº 1940, 4º andar, CEP 01418-200. Por deliberação da Diretoria, filiais, escritórios e representações poderão ser abertos, transferidos ou encerrados em qualquer localidade do Brasil. **Artigo 3º -** A Companhia tem por objeto social exclusivo operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, em todas as suas formas, podendo participar em outras sociedades, observados os termos e condições estabelecidas na legislação aplicável. **Artigo 4º -** O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º -** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$502.661.743,75 (quinhentos e dois milhões, seiscentos e sessenta e um mil, setecentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), dividido em 502.661.743 (quinhentas e duas milhões, seiscentas e sessenta e um mil, setecentos e quarenta e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **Artigo 6º -** A renuneração dos Diretores será determinada anualmente pela Assembleia Geral. **Artigo 13 -** Repetição do disposto no parágrafo 3º deste artigo e exceto pelo disposto no parágrafo 1º deste artigo, os atos e operações de administração dos negócios sociais que importem responsabilidade ou obrigação para a Companhia ou que a exonerem de obrigações para com terceiros, tais como a assinatura de escrituras de qualquer natureza, letras de câmbio, contratos e, em geral, quaisquer outros documentos, ou ao uso do nome empresarial, serão obrigatoriamente praticados por: (i) 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente, exceto pelo disposto no item (iv) abaixo; (ii) 2 (dois) Diretores em conjunto, ou 1 (um) Diretor e 1 (um) procurador legalmente constituído e com poderes específicos, nos termos de procuração assinada pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, nos atos e operações cujo valor agregado seja inferior ao valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); (iii) 2 (dois) Diretores em conjunto, sendo um Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente; ou pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, e em conjunto com 1 (um) procurador legalmente constituído e com poderes específicos, nos termos de procuração assinada pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, nos atos e operações cujo valor agregado seja superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), mas inferior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); (iv) Diretor Presidente em conjunto com o Diretor**

Vice-Presidente; ou pelo Diretor Presidente ou Diretor Vice-Presidente em conjunto com 1 (um) procurador legalmente constituído e com poderes específicos, nos termos de procuração assinada pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, nos atos e operações nas quais o valor agregado seja superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); ou (v) Por 1 (um) Diretor, individualmente, no que se referir à emissão de apólices de seguro e pagamentos de sinistros; por 02 (dois) Diretores, em conjunto, no que se referir a contratos das operações rotineiras da companhia, como contrato de cosseguro, contrato de resseguro, contrato de contragarantia, assim como quaisquer operações bancárias e/ou financeiras, e para realização de investimentos em suas próprias contas ou em contas em nome das anteriores denominações sociais da Companhia. **Parágrafo 1º -** A representação da Companhia, em juízo ou perante quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, competirá a qualquer dos Diretores, individualmente, ou a 1 (um) ou mais procuradores legalmente constituídos e com poderes específicos, nos termos de procuração assinada pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente. **Parágrafo 2º -** Exceto pelas disposições do Parágrafo 1º acima, os procuradores da Companhia mencionados nos itens (ii), (iii) e (iv) acima deverão ter poderes apenas para representar a Companhia no seu curso regular de seus negócios sociais e serão nomeados por procurações assinadas pelos indivíduos indicados nos itens (ii), (iii) e (iv) acima, sendo estabelecidos os poderes outorgados e o prazo. As procurações serão sempre outorgadas por prazo determinado, exceto para as procurações com poderes para atuar em juízo ou para defender a Companhia em processos administrativos. **Parágrafo 3º -** A prática dos seguintes atos está condicionada à prévia aprovação, por escrito, da Assembleia Geral de Acionistas: (a) orçamento anual da Companhia e de suas entidades controladas, direta ou indiretamente; (b) Plano de Negócios anual da Companhia e de suas entidades controladas, direta ou indiretamente; (c) aquisição, compra, venda ou alienação de ativos imóveis pela Companhia, ou criação de hipoteca, ônus ou gravame de qualquer natureza sobre os ativos imóveis da Companhia; (d) exceto por quaisquer dos ativos imóveis mencionados nos itens (c) acima e (iv) abaixo, a aquisição, compra, venda ou alienação de ativos, em caso de transação ou série de transações, realizadas com o mesmo ato, cujo valor individual ou agregado exceda R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); (e) a obtenção ou concessão de financiamentos; (f) a assunção de qualquer obrigação ou responsabilidade para a Companhia ou em nome da Companhia, em caso de operações ou séries de operações, realizadas no mesmo ato, cujo valor individual ou agregado exceda R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), exceto pela emissão de apólices de seguro, a contratação de resseguros e a contratação de reguladores de sinistro, assim como quaisquer operações bancárias e/ou financeiras, e para realização de investimentos em suas próprias contas ou em contas em nome das anteriores denominações sociais da Companhia - Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. ou Fairfax Brazil Participações S.A.; (g) a aprovação das demonstrações financeiras anuais da Companhia; (h) a indicação e fixação da remuneração dos Diretores das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, direta ou indiretamente, e o voto em reunião de sócios ou Assembleia Geral de tais sociedades, assim como a aprovação de qualquer assunto que, nos termos do contrato social ou estatuto social destas sociedades controladas, direta ou indiretamente, dependa de prévia aprovação desta Companhia; (i) qualquer transação realizada com os sócios, afiliados, diretores, procuradores ou empregados da Companhia ou qualquer transação entre a Companhia e qualquer afiliada; exceto pela emissão de apólices de seguro, a contratação de resseguros e a contratação de reguladores de sinistro, em nome ou em nome de qualquer afiliada da Companhia, para os quais avisos simultâneos serão enviados aos acionistas, informando a transação realizada, quando o seu valor exceder o equivalente em reais a US\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares) em remunerações ou prêmios; (j) a celebração, alteração ou rescisão de acordos relativos à aquisição ou venda de direitos de propriedade intelectual, transferência de tecnologia, acordos para licenciamento de marcas e patentes, incluindo, entre outros, os acordos registrados no “Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI”; (k) quaisquer investimentos em outras sociedade ou qualquer aquisição, venda e/ou oneração de qualquer investimento em outras companhias; (l) a nomeação de qualquer Diretor de Investimentos ou consultor da Companhia ou das sociedades nas quais a Companhia detenha participação, direta ou indiretamente; e (m) a criação e aprovação de políticas de recursos humanos. **Artigo 14 -** As reuniões da Diretoria serão realizadas, ordinariamente, uma vez por ano, a fim de (i) discutir e elaborar as demonstrações financeiras; e (ii) surgir para a Assembleia Geral de Acionistas a destinação dos lucros do exercício social e distribuição de dividendos; e, extraordinariamente, quando convocadas pelo Diretor Presidente ou requisitadas por qualquer outro Diretor. **Parágrafo 1º -** Os membros da Diretoria poderão votar por meio de carta, telegrama, fax ou e-mail enviados ao Diretor Presidente, e também poderão participar de qualquer reunião por meio de vídeo ou teleconferência, ou qualquer outro sistema de envolvimento, desde que seja garantida a participação por todos os membros. Os membros da Diretoria que enviarem seus votos da maneira descrita neste parágrafo serão considerados presentes à respectiva reunião. **Parágrafo 2º -** Em todas as reuniões da Diretoria, a maioria do quadro deverá constituir um quorum para a operação dos negócios. As deliberações da Diretoria serão tomadas pela maioria de votos dos membros presentes e cada membro da Diretoria terá direito a um voto. **Parágrafo 3º -** As atas das Reuniões da Diretoria serão assinadas pelos membros presentes na reunião, podendo, no caso do Parágrafo 4º abaixo, ser assinada somente pelo secretário da reunião. Todas as atas deverão ser arquivadas na sede social da Companhia e, quando as deliberações da Diretoria tiverem efeitos perante terceiros, também deverão ser arquivadas perante a Junta Comercial do local da sede da Companhia. Uma versão em inglês de cada ata deverá ser fornecida aos acionistas da Companhia dentro de 15 (quinze) dias, a contar da data em que ocorreu a reunião. **Parágrafo 4º -** Respeitado o disposto neste Estatuto Social e na legislação aplicável, as reuniões da Diretoria para a aprovação de qualquer ato ou transação tornam-se dispensáveis quando todos os membros decidirem, por escrito, sobre as matérias que seriam objeto de deliberação, devendo tais deliberações ser arquivadas na sede social da Companhia. **Artigo 15 -** São expressamente vedadas, sendo nulos e inoperantes em relação à Companhia, os atos de qualquer dos acionistas, Diretores, ou procuradores, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social e/ou que violem o objeto social da Companhia, respondendo o infrator por perdas e danos. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 16 -** O Conselho Fiscal, obedecidas as disposições previstas em lei, não possui funcionamento permanente e será instalado a pedido dos acionistas. **Parágrafo 1º -** O Conselho Fiscal será composto por 3 (três) a 5 (cinco) membros efetivos, sendo o mesmo número de suplentes, acionistas ou não, e eleitos em Assembleia Geral. **Parágrafo 2º -** O Conselho Fiscal deverá ter duração até a Assembleia Geral Ordinária seguinte à de sua instalação. **Parágrafo 3º -** O pedido para instalação do Conselho Fiscal deverá ser apresentado em qualquer Assembleia Geral, e a eleição de seus membros deverá ocorrer imediatamente. **Parágrafo 4º -** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada em Assembleia Geral, observado o mínimo previsto em lei. **Capítulo VI - Exercício Social: Artigo 17 -** O exercício social inicia-se em 1º de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano. Ao final do exercício social, data em que serão levantadas as demonstrações financeiras correspondentes, observadas as determinações legais. **Artigo 18 -** O lucro líquido da Companhia será destinado como segue: a) 5% (cinco por cento) será aplicado, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, a qual não deverá exceder 20% (vinte por cento) do capital social; e b) 5% (cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório. **Parágrafo 1º -** A Assembleia Geral poderá deliberar, caso não haja oposição de qualquer acionista, sobre a distribuição de dividendo inferior estabelecido neste artigo, ou sobre a retenção de todo o lucro líquido apurado. **Parágrafo 2º -** O dividendo previsto neste artigo não será obrigatório no exercício social em que a Diretoria informar à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia. Nesse caso, se o Conselho Fiscal estiver em funcionamento, deverá emitir parecer a respeito. **Parágrafo 3º -** Os lucros que deixarem de ser distribuídos nos termos do parágrafo 2º acima serão registrados como reserva especial e, se não absorvidos por prejuízos em exercícios sociais subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas, assim que a situação financeira da Companhia permitir. **Artigo 19 -** A Companhia poderá distribuir dividendos intermediários, com autorização da Assembleia Geral, a conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral, ou, ainda, baseando em balanço intermediário elaborado por períodos mais curtos, inclusive mensais, podendo a Diretoria recomendar a distribuição de dividendos aos acionistas “ad referendum” da Assembleia Geral de Acionistas, de acordo com o artigo 204, parágrafo 2º da Lei nº 6.404/1976. **Artigo 20 -** A Assembleia Geral poderá, ainda, autorizar a Companhia a pagar juros sobre capital próprio, respeitado o limite previsto em lei, conforme estabelecido no artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1996, cujo valor deverá ser incluído no montante de dividendo obrigatório nos termos da legislação aplicável. **Capítulo VII - Transformação: Artigo 21 -** A Companhia poderá ser transformada de um tipo societário para outro por meio de aprovação de acionistas que representem a maioria do capital social. **Capítulo VIII - Liquidação e Dissolução: Artigo 22 -** A Companhia entrará em processo de liquidação nos casos previstos em lei e por deliberação dos acionistas, conforme disposto no artigo 9º do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966. **Artigo 23 -** Em caso de liquidação ou dissolução da Companhia, o liquidante deverá ser indicado em Assembleia Geral Extraordinária, caso em que os ativos serão utilizados para quitação das dívidas da Companhia. Os ativos restantes, se houver, serão distribuídos entre os acionistas, na proporção do número de ações que possuírem. **Capítulo IX - Foro: Artigo 24 -** Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir dúvidas e controvérsias oriundas deste Estatuto Social, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja”. São Paulo, 23 de fevereiro de 2022. **Fairfax Brasil Seguros Corporativos S.A. - Composição da Mesa da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 23 de Fevereiro de 2022:** Bruno de Almeida Camargo - Presidente da mesa; Heron Ricardo Parron - Secretário.

8ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL
EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL - Art. 887, § 3º/CPC
EDITAL DE PRAÇA JUDICIAL ONLINE. Praça Plat - Lelloeira Oficial - JUCESP 744. 8ª VARA CÍVEL DO FORO CENTRAL DA COMARCA DA CAPITAL. Processo: nº 1008131-26.2009.8.26.0100. Executados: ESPÓLIO DE JOÃO BATISTA MARINHO, JOÃO ALEXANDRE MARINHO, JOÃO HENRIQUE MARINHO, ANNE CAROLINE LISBOA MARINHO, JOÃO PEDRO MARINHO, JOÃO BATISTA MARINHO JÚNIOR, KARLA ROBERTO MARINHO - DIREITOS DO COMPROMISSÁRIO COMPRADOR - Apto de 33,87m² na Consolação, Praça Júlio Mesquita, nº69, São Paulo/SP - Contribuinte nº 007.063.03199. Descrição completa na Matrícula nº 55.929 do 05º CRI de São Paulo/SP. Lance mínimo na 1ª praça: R\$ 191.320,90 - Lance mínimo na 2ª praça: R\$ 114.259,69 (60% do valor de avaliação) (sujeitos à atualização). **DATAS DAS PRAÇAS - 1ª PRAÇA começa em 11/11/2022 às 13h50min, e termina em 16/11/2022 às 13h50min;** 2ª PRAÇA começa em 16/11/2022 às 13h51min, e termina em 06/12/2022 às 13h50min. Ficam os requeridos ESPÓLIO DE JOÃO BATISTA MARINHO, JOÃO ALEXANDRE MARINHO, JOÃO HENRIQUE MARINHO, ANNE CAROLINE LISBOA MARINHO, JOÃO PEDRO MARINHO, JOÃO BATISTA MARINHO JÚNIOR, KARLA ROBERTO MARINHO, bem como seu cônjuge, se casado(a)(s) for(em), terceiro(a) interessado ANTONIO MOREIRA FREIRE, CARLOS ROBERTO DE MOREIRA FREIRE, ESPÓLIO DE ANTONIO LEME, MAGNOLIA VILELA DO SOCCORRE LEME e demais interessados, INTIMADOS das designações supra, caso não sejam(a) localizado(a)(s) para a intimação pessoal, bem como da Penhora realizada em 01/04/2014. **PARA MAIS INFORMAÇÕES:** 3003-0677 | www.ZUKERMAN.com.br

EDITAL PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS, EXPEDIDO NOS AUTOS DE INTERDIÇÃO DE LUCAS AJUAD LEITE, REQUERIDO POR MANOEL LEITE E OUTROS - PROCESSO Nº1030147-51.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara da Família e Sucessões, do Foro Regional III - Jabaquara, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliene Carvalho Martins, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por sentença proferida em 30/06/2022, foi decretada a **INTERDIÇÃO DE LUCAS AJUAD LEITE**, CPF 51384350861, declarando-o(a) relativamente incapaz para a prática dos atos patrimoniais e negociais (art. 85, Lei nº 13.146/15), e nomeado(a) como **CURADORES**, em caráter DEFINITIVO, o(a) Sr(a). **Manoel Leite, Vanessa Ajud e Caio Ajud Leite**. O presente edital será publicado por três vezes, com intervalo de dez dias, e afixado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de setembro de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005392-92.2021.8.26.0348. O MM. Juiz de Direito da 2ª Vara da Família e Sucessões, do Foro de Mauá, Estado de São Paulo, Dr. CESAR AUGUSTO DE OLIVEIRA QUEIROZ ROSALINO, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **ELISETE RODRIGUES DE SOUSA**, inscrita no CNPJ nº 07.375.824/539-27 e seu cônjuge **TEREZA DO PRADO RODRIGUES**, RG: 12.592.834, **BENEDITO DE SOUZA**, alegando em síntese que as partes se encontram separados desde o ano de 2016 e por não ser possível a realização do divórcio consensualmente, requer-se da forma litiçosa. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por **EDITAL**, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fará após o decurso do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Mauá, aos 24 de agosto de 2022.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010124-74.2017.8.26.0278. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, Dr. Antenor da Silva Cápuia, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** ao **ESPÓLIO DE CONCEIÇÃO APARECIDA DE ALMEIDA**, representado por **HENRIQUE RODRIGUES**, CPF: 375.824.539-27 e seu cônjuge **TEREZA DO PRADO RODRIGUES**, RG: 12.592.834, **BENEDITO DE ARAUJO**, CPF: 279.743.598-20 e seu cônjuge **ALBERTINA ANTONIA DE ARAUJO**, RG: 12.572.807 e **GERALDO INSCRIÇÕES DA SILVA**, CPF: 038.968.348-34 que, **AMÉRICA ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES LTDA** promove ação de **ADJUDICAÇÃO COMPULSÓRIA** pelo **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL** em relação a dois pedagos de terras denominados **quintão B**, com 3.252,48m², que tem frente para a Estrada de Santa Isabel e **quintão D**, com 1.394,07m², que tem frente para a Estrada do Corredor, situados no Município de Itaquaquecetuba/SP. Comarca de Suzano/SP, com Inscrições Municipais sob os nºs 44434-99-99-0200-01-000-2 e 44434-99-99-0200-02-000-2, além do pagamento das custas processuais, honorários advocatícios e demais cominações legais. Estando os **SUPRACITADOS** em lugares desconhecidos, expediu-se o presente edital, com o prazo de 20 dias, para que apresentem contestações no prazo de 15 dias, sob pena de confissão e revelia. Não sendo contestada a ação, os réus serão considerados revelis, com nomeações de curadores. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da Lei. **NADA MAIS.** Dado e passado nesta cidade de Itaquaquecetuba, aos 22 de agosto de 2022.



Esta página faz parte da edição impressa produzida pela Gazeta de S. Paulo com circulação em bancas de jornais e assinadas.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser verificada através do QR Code ao lado ou pelo site <https://fp.gazetasp.com.br>